

# MULTIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

13

novembro 2001, N. 10  
PARTICIPAÇÃO

EDINEIDE MESQUITA JEZINE

O Estado moderno constitucional do séc. XIX, na economia capitalista, é caracterizado pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de Estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal por meio do qual se comunica com a sociedade civil. Esta, ao contrário do Estado, é concebida como o domínio da vida econômica, das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e particulares do mercado livre.

Nesse contexto, as Universidades também se modificam; abandonam o padrão teológico-jurídico-filosófico e se abrem para as ciências na perspectiva iluminista do Renascimento e para os princípios políticos e sociais da Revolução Francesa, de modo que se expande pelas universidades, dos diferentes países, um movimento científico experimental e se constrói uma nova relação com o Estado. As universidades inglesas se direcionam à elitização do ensino superior, cobrando maiores taxas de mensalidade e tendem a se manter fora do âmbito estatal; as Universidades alemãs desenvolvem a pesquisa e a integração das faculdades de Medicina, Direito e Filosofia sob a proteção do Estado, e as

faculdades francesas introduzem o ensino gratuito e profissional, a tendência então passa a ser a diminuição e eliminação da autonomia de professores e alunos seguida da nacionalização e estatização. De modo que "... o sistema estatal napoleônico foi eficiente na formação de professores, mas as ciências não tiveram a evolução da universidade prussiana de Berlim." (Trindade, 1999:17)

E nesse sentido encaminharam-se dois modelos de universidade, que irão influenciar as mudanças nas universidades da Europa e da América. O primeiro, voltado para a pesquisa, que se iniciou com a Universidade de Halle e se consolidou com o sábio Humboldt, em 1809, que criou, a partir da Academia de Berlim, uma nova universidade que garantia a pesquisa desinteressada associada ao ensino, à liberdade dos cientistas sob a proteção do Estado, tornando-se um centro de luta de reconstrução da Nação Alemã. E o segundo, é o modelo francês que se organizava através de faculdades isoladas profissionalizantes, tendo influenciado a Universidade de Manchester, na Inglaterra, onde dominava a pesquisa aplicada.

Nesse sentido, a Universidade é impulsionada a inserir-se no contexto da aplicabilidade da ciência produzida pelo desenvolvimento capitalista, rompen-

do com o seu isolamento e passando de "torre de marfim a de Babel". Aos poucos se imiscui na realidade social, sendo pressionada a dar explicações e a indicar soluções para os mais diversos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais, tornando-se uma instituição nova, pela sua variedade e pluralidade, o que a faz perder uma das suas características clássicas, a unidade e a homogeneidade.

A MULTIVERSIDADE DA UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No pós-guerra, com a decadência das instituições liberais, dos governos representativos, da destruição do fascismo, do desenvolvimento do capitalismo, da expansão industrial e revolução tecnológica, se estabelece uma economia internacional de livre comércio, na qual os EUA passam a ser o principal dominador e estabilizador econômico.

A hegemonia americana também passou a predominar no modelo de universidade, que o presidente da Universidade da Califórnia, Clark Kerr denominou de "multiversidade", que inclui variedade de ações, desenvolvimento da ciência aplicada e participação nos problemas regionais. A educação superior americana tornou-se, então, instrumento de financiamento e conhecimento, fator central do crescimento

nacional dos Estados Unidos e modelo, sobretudo, para os países latino-americanos.

Como uma das decorrências, observou-se expressiva expansão do Ensino Superior entre o período de 1960 e 1980, quadruplicando o número de estudantes na França, Alemanha, Itália, Espanha, e no EUA que, aliás, foi um dos pioneiros da educação universitária "em massa", estilo seguido também pelo México, Índia, Filipinas e mais adiante o Brasil. Esse crescimento de estudantes revelou-se como inegável força social e política, explodindo em 1968 um forte movimento estudantil, que no Brasil culminou com a reforma universitária. Isso fez com que a universidade perdesse o caráter tradicional elitista e se transformasse numa instituição burocrática e complexa<sup>2</sup>, com característica de uma "organização multifuncional".

A idéia de multifuncionalidade ou multiversidade, que já se esboçava desde o séc. XIX, foi experimentada no Brasil, na década de 60 com a Universidade de Brasília, que aglutinou à função formadora, de cultura básica, de preparação do especialista, de cursos de pós-graduação e pesquisa, a idéia de serviço e a sua integração na sociedade brasileira e nos seus problemas. Instituíam-se dessa feita, os fundamentos da Universidade de serviços, que posteriormente se ligará à indústria,

à defesa e ao desenvolvimento nacional, princípios defendidos no Plano Desenvolvimentista dos governos militares no Brasil.

Ao contrário de muitos países capitalistas desenvolvidos e da América Latina, com exceção do Chile, que expandiram o ensino superior a partir de instituições públicas, o Brasil fez a sua expansão sob o predomínio do ensino privado uma vez que, influenciado pelo pragmatismo da ciência, o ensino superior também passa a ser direcionado para os efeitos práticos e necessidades externas, valorizando mais o trabalho final, os resultados do que o processo de aquisição de conhecimento. Em três décadas, entre 60 e 90, as instituições privadas de ensino superior brasileiras expandiram de 40% para 75% as suas matrículas.

A idéia de multiversidade ou multifuncionalidade encerra a crença na universidade do conhecimento e no ideal da Universidade de Berlim; A universidade se transforma em muitas coisas, em "postos de serviços para o público em geral", com pessoas e perspectivas ideológicas diversas, não podendo deixar de entrar em conflito consigo mesma. A multiversidade estratifica a universidade ao formar a comunidade da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão, do ensino, da formação profissional. O que a faz perder a identidade e a

própria utilidade que tanto almeja, pois ao mesmo tempo em que critica a sociedade a serve no atendimento às suas necessidades.

A forma mais concreta e funcional que a universidade encontrou para atender aos anseios e desejos de uma carência social, bem como para exercer a sua dimensão social foi a extensão universitária, que tende a se modificar, na atualidade, em virtude de perspectivas econômicas e tecnológicas implementadas na sociedade da globalização e do livre mercado.

#### A ORIGEM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

A gênese da extensão universitária remonta ao século XIX às Universidades Populares e ao modelo norte-americano de extensão rural. As universidades populares assumiram grande importância em países como a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália, porque pretendiam a disseminação de conhecimentos técnicos ao povo. Gramsci (1991:17) se refere a essas universidades como movimentos que "... eram dignos de interesse e mereciam ser estudados", apesar das críticas que fazia aos intelectuais, que embora desejosos de "servir ao povo" faltava-lhes organicidade, pensamento filosófico, solidez organizativa e centralidade cultural, de modo que muitos desses movimentos não frutificaram.

No Brasil, as Universidades Populares são conhecidas como Universidades Livres. A primeira no Brasil foi a Universidade Livre de Manaus, criada em 1909, no período áureo do ciclo da borracha, e extinta em 1926, ficando apenas em funcionamento o curso de Direito, pela necessidade de formação dos quadros burocráticos do Estado<sup>3</sup>. Com a Lei Rivadávia Correia (1911), mantém-se a Universidade Livre do Amazonas, e surgem as do Paraná e de São Paulo, sendo que esta última funcionou até 1917. *"Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão. Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente."* (Gurgel, 1986:35).

Embora nessa época se tenha tido expressivas lutas de classes, que culminavam em greves e repressões policiais, as universidades populares não vingaram como um espaço de amadurecimento crítico, talvez pelo que Gramsci (op.cit.) chama de falta de unidade de pensamento que deve existir entre teoria e prática ou pela forma como os cursos de extensão eram realizados, o que aliás, ainda hoje os caracteriza. De modo geral, são desligados do todo acadêmico e fora da realidade da comunidade, gerando falta de interesse.

A origem da extensão univer-

sitária como prestação de serviços se dá nos Estados Unidos da América, sob a concepção da idéia de multiversidade, a partir da Universidade Jonh Hopkins, que enfatizou a pós-graduação, a formação profissional e a pesquisa e do movimento de doação de terras para fins educacionais, feito pelo governo Abraham Lincoln (Lei Morrill - 1862), que deu início ao desenvolvimento e a expansão das universidades americanas. Segundo Kerr (1982:49), esse movimento de doação de terras surgiu para atender ao rápido desenvolvimento industrial e agrícola dos Estados Unidos, de modo que;

*"As universidades tinham de contribuir para este desenvolvimento por uma formação que fosse além da criação do 'culto cavalheiro' e de professores; pregadores, advogados e médicos; pela pesquisa relacionada com o avanço técnico registrado na agricultura e na indústria; pela prestação de serviços a muitos e, enfim, que quase todos os segmentos econômicos e políticos da sociedade".*

Assim, naquele país, antes da primeira guerra mundial se intensifica o movimento de doação de terras e as universidades contempladas estendem suas atividades além dos seus campi. A Universidade de Wisconsin

(1903-1918) desenvolveu a extensão rural e urbana, servindo a todo o Estado, de modo que as universidades públicas e privadas seguiram o exemplo, com importantes programas de extensão. Esse movimento também oportunizou um crescente acesso ao ensino superior, rompendo assim a sua atribuição de formadora de elite. *"Isso constituiu um dramático rompimento com as antigas tradições americanas e criou uma nova força social na história mundial. Em nenhum lugar, tinham sido as universidades tão intimamente ligadas à vida cotidiana de tão grande parcela de suas sociedades."* (op.cit. p.50).

Nessa perspectiva Wolff (1993:60), apesar de fazer várias restrições a esse modelo de universidade, defende a idéia de multiversidade, vendo-a como uma condição para a instituição promover a equidade social;

*"Numa sociedade que distribui riqueza e status de modo verdadeiramente muito desigual, a multiversidade serve como instrumento fundamental de oportunidade e de ascensão para milhões de norte-americanos que estariam, de outro modo, presos nos níveis inferiores da pirâmide social. As grandes universidades inglesas, francesas e alemãs têm sido instituições exclusivas nas quais os altos e especializados padrões de admissão barraram praticamente todos, exceto os poucos privilegiados".*

Portanto, considera justo que a universidade sirva à sociedade, porque seria um grande desperdício esta não ter utilidade em uma cidade moderna.

O interesse do governo americano pelo ensino superior se intensificou com a Lei Hatch (1887) que cria as Estações Agrícolas Experimentais, e pela Lei Smith-Lever (1914), que cria o Serviço de Extensão Agrícola, contribuindo para o envolvimento da universidade com os problemas da sociedade. Durante a Grande Depressão as universidades se imiscuem em Programas de Administração Nacional de Jovens e em Projetos de Trabalho, tendo durante a segunda guerra mundial participação mais ativa em programas de pesquisa de guerra, o que marca a importância do envolvimento da universidade nas questões de trato social e político.

Para Kerr (op.cit. p.79), se a primeira mudança substancial nas universidades americanas foi o movimento de doação de terras que proporcionou sua expansão, a segunda grande transformação tem-se dado a partir do chamado a universidade de "educar um número de alunos nunca imaginado anteriormente; a atender às crescentes reivindicações de prestação de serviços à Nação; a fundir suas atividades com as da indústria como nunca o fizera; a adaptar e recanalizar novas correntes intelectuais". Isso faz

a sociedade americana conceber a universidade e o conhecimento como elementos fundamentais para o crescimento nacional, fazendo-a também ficar cada vez mais dependente dos recursos governamentais, mais próxima e parecida com indústria, tornando os professores semelhantes à "empresários". O que causa a perda de uma característica fundamental, a sua autonomia, liberdade no pesquisar, ensinar e socializar o conhecimento.

Assim, apesar dessa concepção ser a preponderante na prática universitária norte-americana, não é bem aceita por todos. Há os que temem que o envolvimento da universidade na vida social leve à perda da sua objetividade e liberdade, afastando-a da pesquisa básica e aproximando-a mais da pesquisa aplicada e da sua própria aplicação. Criam-se, então, duas posições no interior da universidade americana quais sejam: a visão corporativista dos que são resistentes à mudança e a visão socializadora dos que defendem a prestação de serviços à sociedade, posição que, aliás, seria freqüentemente defendida pela administração e membros dos colegiados universitários.

Wolff (1993), ao destacar quatro modelos de universidade<sup>4</sup>, critica a posição de Kerr na defesa da universidade dos serviços, como o desaguadouro de um fluir da riqueza social, porque vê a universidade como,

*"um elemento altamente produtivo da economia norte-americana por seu treinamento de pessoal habilitado, seu desenvolvimento de novas tecnologias e pela acumulação, em seu corpo docente, de rara e muito desejada pericia."*

Assim, Wolff (op.cit.) ao criticar o livro "Os usos da universidade" de Kerr, argumenta contra a multiversidade, da qual citamos três pontos básicos: primeiro, quanto maior a diversidade na universidade, mais é necessária uma administração central, afastando-se a possibilidade de uma direção democrática. Segundo, Kerr não faz uma distinção entre os conceitos de *demand a efetiva* ou *de mercado* e *necessidade humana* ou *social*, quando defende que a instituição deva atender às necessidades sociais, valendo questionar: por quem são definidas essas necessidades? Para Wolff, os fundamentos dessas definições se encontram na lógica do "mercado livre" da ideologia liberal, que Kerr teima em escamotear, quando expressa que as demandas de mercado são automaticamente uma necessidade humana ou social, e, ao contrário, muitas necessidades humanas não conseguem ser expressas adequadamente como demanda de mercado, o que faz simplesmente, a universidade se ajustar à demanda efetiva imposta via o financiamento de bolsas e auxílios.

Por último, Wolff (p. 60-70) questiona: em sendo a universidade um *instrumento de interesse nacional* como poderá desenvolver a crítica desses interesses? As grandes universidades são as únicas instituições possuidoras de capacidade moral, intelectual para dizer *não* quando todos os outros dizem *sim*, para se contrapor às propostas do governo ou de empresas que tendem a manipular o conhecimento a favor de seus interesses. Por isso, defende que o papel da universidade reside na construção da crítica e não na aceitação da "cooperação".

Nesse sentido, não haveria condições materiais de liberdade diante da dependência demasiada as subvenções federais ou empresariais, o que impediria a tomada de posições contrárias a programas e orientações do governo, perdendo o seu direito de avaliação independente. Portanto, segundo ele, torna-se desonroso uma universidade transformar-se em agência do governo.

A influência da multiversidade, principalmente após a segunda guerra mundial, tem adentrado em todos os modelos de universidade da América Latina, dentre elas as brasileiras, uma vez que os Estados Unidos da América tornou-se um grande empreendedor econômico, trazendo para si a responsabilidade de ser protetor dos países pobres e oprimidos, através de infinitos financiamentos. No bojo da

*A forma natural de atendimento às necessidades nacionais, também esconde uma divisão de interesses e demandas ou mesmo de privatização das instituições sociais*

política de financiamentos junto a imposição e a implementação de valores culturais, morais, econômicos, políticos e sociais, penetrando nas diversas instituições da sociedade, influência da qual a universidade não pode se eximir por também fazer parte da sociedade.

Nesse sentido, quando se defende pura e simplesmente a multiversidade, está se fazendo da universidade uma agência de prestação de serviços, de atendimento aos interesses de quem pode financiar. Com isso o pensar e o criar, ações inerentes à sua produção obedecem apenas a uma lógica exterior a universidade. Além disso, escamoteia questões políticas como a autonomia universitária e a garantia da liberdade, lutas defendidas na sociedade moderna. A forma natural de atendimento às necessidades nacionais, também esconde uma divisão de interesses e demandas ou mesmo de privatização das instituições sociais, a exemplo das políticas governamentais de privatização dos serviços públicos, atualmente desenvolvidas no Brasil pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, o debate acerca da universidade de serviços também tem sido foco de discussão entre educadores brasileiros, sem perder de vista o contexto histórico, econômico e político de tal discussão, o que remete à questão das funções da universidade na sociedade contemporânea. E nesse contexto de multiversidade, situa-se a *extensão universitária*, caracterizada como uma das funções da universidade, ora na perspectiva de serviços prestados à sociedade, a exemplo do modelo americano, ou como função acadêmica, estando em nível do ensino e da pesquisa e desenvolvida na perspectiva da socialização do conhecimento como desejavam as universidades populares.

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO ASSISTENCIALISMO À VENDA DE SERVIÇOS.**

A presente discussão tem questionado a relação entre Universidade e Sociedade, procurando estabelecer os objetivos da universidade em incentivar a oferta de serviços, para atender às demandas dos setores marginalizados da sociedade ou ser produtora de conhecimentos, voltada para a produção de valores éticos e culturais, capazes de promover um refletir sobre o fazer organizativo que impulse a transformação do indivíduo e do seu contexto social, político e cultural.

Em meio a esse debate muitas dúvidas e controvérsias têm se instalado, criando dois grandes

grupos: o dos que defendem a extensão universitária como uma função instituída da universidade, que deve articular o ensino e a pesquisa, a universidade à sociedade, cumprindo uma função social, e o dos que entendem não caber à universidade resolver os problemas sociais da sociedade, pois seu papel seria o da produção e socialização do conhecimento e a "extensão" do ensino e da pesquisa já atenderia a esse objetivo.

A discussão conceitual da extensão universitária brasileira tem privilegiado a perspectiva histórica, assinalando sua origem e institucionalização, conforme pode ser observado nas obras de Gurgel (1986); Cunha (1986; 1988 e 1989) e Fagundes (1986), que constituem referência para autores como Tavares (1997), Melo Neto (1997), Reis (1995), Botomé (1997) dentre outros. Os referidos autores consideram que a evolução do conceito de extensão universitária no Brasil teve a influência da idéia de levar o conhecimento até o povo, advindo das universidades populares, firmando a idéia de cursos de extensão. E a outra influência, segundo Gurgel (1986), foi a concepção norte-americana de Extensão que se consolida no Brasil a partir da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920, sob a influência da concepção americana que tinha por base a

experiência de extensão rural, consolidando-se a partir do acordo MEC-USAID e com a interferência de Rudolph Atcon na estruturação e organização da reforma das universidades brasileiras.

Como pode ser observado, no Brasil, a extensão se forma influenciada pelos ideais das universidades populares de levar o conhecimento ao povo, mas se consolida a partir da prática da universidade da multiversidade, a partir da oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos desinformados, constituindo-se uma prestação de serviços à comunidade.

Tais tentativas de mudança de concepção conceitual e prática de extensão universitária na construção da extensão como função da universidade também são criticadas por um outro grupo de estudiosos do assunto, que defendem a universidade do conhecimento e as atividades extensionistas incorporadas ao ensino e à pesquisa, são autores como Paiva (1997), Botomé (1996), Moraes (1996) e Marcovitch (1998), que questionam a extensão na perspectiva da prestação de serviços e defendem a universidade como uma instituição que deve envolver-se com o ensino e com a pesquisa, sendo o lugar da criação e da transmissão do conhecimento. Portanto a própria "extensão" do ensino e da pesquisa já atenderia aos

objetivos da universidade.

Uma outra perspectiva que se apresenta, mediante as inúmeras mudanças ocorridas em termos, sociais, econômico, político e tecnológico é a perspectiva da venda de serviços, a universidade é vista como uma indústria do conhecimento, capaz de competir e conquistar mercados na venda de seu produto. Existem muitos meandros e interfaces nesta discussão, que não é nova, mas que nos anos 90 tem se apresentado sob outra roupagem e sido incorporada nos discursos de muitos autores por, vezes de forma tímida, outras de forma mais definida.

Por exemplo, Cunha (1998) questiona se no desenvolvimento das atividades de extensão tem havido uma proximidade entre teoria e prática e uma atuação mais próxima dos programas sociais. Assinala a necessidade do aumento da cobrança de maior eficiência dos projetos desenvolvidos pela universidade, pelo setor industrial, empresarial, financeiro, bem como o aumento da pressão por resultados da atuação da universidade na área de desenvolvimento social, junto aos setores organizados da sociedade. De modo que entende que o "setor produtivo" é atendido pela pesquisa associado a extensão que pode promover o desenvolvimento de novas tecnologias e as organizações pelas atividades de extensão, como "responsabili-

dade social". Assim, para o autor, "o estreitamento desta relação universidade/setor produtivo se mostra como essencial para o crescimento, manutenção e sobrevivência da universidade pública, em sua forma plural..." (Ibid. p. 42).

Baibich e Guimarães (1995:44), também defendem a articulação universidade e sociedade e criticam os projetos de "mão-única" e de justaposição, propondo projetos de articulação que, segundo a autora, se ajustem ao objetivo do estreitamento de relações com a sociedade, constituindo-se em um elemento capaz de operacionalizar a relação teoria e prática.

Luiz Rossi (1997), analisando a relação universidade e sociedade indica que a extensão tem assumido questões com a comunidade, com o Estado, de forma um pouco institucional, dependendo do esforço de um docente ou técnico e indica que a extensão deve se estender a todas as classes sociais, não atendendo apenas aos mais necessitados. No entanto, questiona como se representa esse todo?. Desta forma, indica que se deve superar a clandestinidade e institucionalizar o processo com os empresários, classe média, populares e ter uma relação estreita com o Estado.

Assim, encontra-se, embora de forma incipiente, a defesa da parceria, da exposição e comercialização dos produtos da uni-

versidade, seja através da prestação de serviços ou vendas, em que se pretende uma institucionalização dessa nova forma de socialização do trabalho acadêmico, em que a universidade também possa colher frutos.

De modo que, a venda de serviços como a nova perspectiva que se estrutura na defesa da institucionalização da extensão como função da universidade, tem-se efetivado nas universidades públicas via parcerias, acordos, convênios, cobrança de taxas e prestação de serviços, como um mecanismo de privatização, sob o pretexto de preencher os déficits orçamentários deixados pelo governo neoliberal.

A utilização da extensão universitária como instrumento de controle e desenvolvimento social, por diversos tipos de governo, não é fato novo, pois historicamente a extensão tem-se constituído instrumento ideológico do poder dominante, passando por várias fases que ainda se confundem e se entrelaçam.

Expropriada, na década de 60, da idéia de discutir os grandes problemas nacionais e da dimensão transformadora da realidade, foi apropriada pelos militares, como elemento de garantia do desenvolvimento e segurança nacional, adquirindo a perspectiva assistencialista e redentora da sociedade. Assim, a extensão assume a função de executar o "compromisso social

da universidade", com o papel de articular ensino e pesquisa, universidade e sociedade. E, no contexto do neoliberalismo, busca redimensionar seu papel no mundo globalizado, transformando-se em articuladora de parcerias e instrumento de captação de recursos com uma função político-social.

Essa última perspectiva extensionista carrega a dimensão política e ideológica de um projeto de privatização interna da universidade, promovida pelo projeto de reforma do Estado, em que elimina a possibilidade de igualdade de acesso mediante o pagamento de taxas e outros instrumentos que não representam uma universidade pública e gratuita. De forma que, o ensino superior feito pelas universidades públicas tem-se tornado cada vez mais escasso para as camadas mais pobres da população. E, a extensão que foi criada com a perspectiva de diminuir essa distância, hoje com a venda de serviços tende a aumentar mais.

Nesse sentido, a guisa de conclusão, a extensão universitária na dimensão da venda de serviços deve ser discutida e analisada por todos os integrantes da universidade, pois a necessidade de captação de recursos não deve indicar a anulação do público.

A nova racionalidade carece considerar a especificidade da instituição, não se pode atrelar

a universidade a uma concepção estreita que a compara a uma empresa. Portanto, o desafio que se impõe às universidades nesse novo momento histórico é de procurar exercer sua função da forma mais digna possível, ou seja, pensar e ensinar a pensar.

Partindo dessa dimensão, a extensão tem um papel orgânico a desempenhar, o de contribuir para a organização do pensar crítico e da ação transformadora da realidade, colocando-se a serviço da construção de uma sociedade independente, com soberania científica, tecnológica e cultural, voltada aos interesses concretos da população.

## BIBLIOGRAFIA

- BOAVENTURA, Edvaldo; PÉRISSÉ, Paulo. "Educação e Globalização: Uma Perspectiva Planetária". Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 7 n. 22, 1999.
- BOTOMÉ, Paulo Silvio. Pesquisa alienada e ensino alienante o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, R.J. Editora vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.
- CUNHA, Luiz Antônio. "Universidade e Sociedade: uma nova dependência?". Revista brasileira de Estudos pedagógicos. Brasília. INEP, v. 74, n.º 74, 1993.
- CUNHA, Evandro José Lemos da. "O Fórum de Pró-Reitores e Perspectivas da Extensão na Universidade Pública". Extensão Universitária Reflexões. Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, N.º 1, Janeiro/1998.
- IANNI, Octavio. "A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade". Universidade e Sociedade. São Paulo. ANDES. Ano VII, n.º 12, 1997.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação. São Paulo. Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 9. ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1991.
- KERR, Clark. Os usos da universidade. Tradução. Débora Cândida Dias Soares. Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.
- MARCHI, Euclides. "Ensino e Extensão: uma indissociabilidade natural". Cadernos de Extensão. Universidade federal do Paraná - Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Ano I, n.º 1, 1995.
- LESSA, Carlos. "A Universidade e a Pós-modernidade: o Panorama Brasileiro". Universidade e Sociedade. Brasília, v.9, n. 19, 1999.
- MARLIÈRE, Claudia Aparecida. "Do projeto Rondon à Universidade Solidária". Raízes e Rumos. Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, 1996.
- MARQUES, Juracy C. "Que faz a universidade: suas propostas e seus papéis sociais". Revista Educação. Porto Alegre. Faculdade de Educação PUCRS. Ano XVI, n.º 25, 1993.
- MELLO, Alex Fiúza - [Pró-reitor de Extensão da Universidade Federal do Pará- Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão]. "Integração Ensino Extensão: O papel social da Universidade". VIII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. Universidade do Rio Grande do Sul. RGS, 1990.
- MELO NETO, José Francisco de Melo. Extensão Universitária em Busca de outra Hegemonia. Revista de Extensão. João Pessoa. UFPB, n. 1 julho 96.
- \_\_\_\_\_. "Autonomia e Extensão universitária". Revista de Extensão. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. UFPB. Ano II, n.º 4, abr./97.
- MORAIS, Regis de. "Sobre a questão das extensões universitárias". In. A universidade desafiada. Campinas. S. P. Editora da UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Luiz Robert Cardoso. "Extensão e Emancipação: Reflexão sobre a Socialização da produção antropológica". Coletânea dos Cadernos de Extensão - Brasileira. UNB, 1997.
- OLIVA, Wagner José. "Extensão e Qualidade". Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.
- PAIVA, José Maria. "Da Extensão Universitária". Comunicações. Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo. Ano 4, n.º 1, 1997.
- PEREIRA, Lucas Batista. "Revisitando o Passado e Revitalizando o Presente: A extensão Universitária em Questão". Extensão Universitária Reflexões. Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.
- PUCCI, Bruno. "A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão" Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo. UNIMEP. Ano 5, n. 10, 1991.
- REIS, Renato Hilário. "O currículo

enquanto instrumento viabilizador da articulação Ensino, Pesquisa e Extensão". *Cadernos de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.

\_\_\_\_\_. "A avaliação da extensão Universitária". *Coletâneas dos Cadernos de extensão universitária de Brasília*. Decanato de Extensão, 1997.

ROSSI, Maria José dos Santos. "Universidade ou Multiversidade?". *Extensão Universitária Reflexões*. *Cadernos de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.

ROSSI, Luiz. "Debate". *Participação*. *Revista do Decanato de Extensão Universitária*. UnB. Brasília. n.2, 1997.

SAVIANI, Dermeval. "Extensão Universitária: Uma abordagem não-extensionista". *Educação e sociedade - CEDES - Cortez - autores associados*. Ano III, n.º8, 1981.

SOUZA, Marcondes Rosa. "Extensão: Redimensionar é preciso...". *Extensão Universitária Um canal em duplão*. Coleção documentos universitários 21 - SUFC, 1986.

TAVARES, Maria das Graças. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade*. Maceió: EDUFAL, 1997.

\_\_\_\_\_. "Os múltiplos conceitos de Extensão". *Participação*. *Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília*. Ano 2, n.º 3, 1998.

TENÓRIO, Auremácio. "A Universidade Pública: A construção da Cidadania e a Afirmação da soberania Nacional". *Cadernos de Extensão*

Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.

TRINDADE, Hélgio. "Universidade, ciência e Estado". In. *Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis, RJ/Porto Alegre, RGS. Editora Vozes, CIPED, 1999.

TUTTMAN, Malvina Tania. "Linhas de Extensão: Proposta para desenvolvimento de um Trabalho Comprometido com a Realidade Social". *Extensão Universitária Reflexões*. *Cadernos de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.

WOLFF, Robert Paul. *O ideal da universidade*. São Paulo. EDUSP, 1993.

EDINEIDE MESQUITA JEZINE

*Professora assistente da Universidade Federal do Amazonas e Doutoranda em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.*

<sup>2</sup> *A burocracia e complexidade de conhecimento e os diferentes níveis de acesso à universidade foram instrumentos utilizados como forma de selecionar e excluir os pobres do ensino superior.*

<sup>3</sup> *Ver Ribeiro, 1995 e Cunha, 1986.*

<sup>4</sup> *Os modelos apresentados por Wolff (1993) são: a universidade como santuário do saber; a universidade como campo de treinamento para as profissões liberais; a universidade como agência de prestação de serviços e a universidade como linha de montagem para o homem do sistema.*